

A. I. Nº - 207093.0039/05-1
AUTUADO - HEMOCAT COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - JUVÊNCIO RUY CARDOSO NEVES
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 17.10.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0301-01/06

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DOCUMENTOS FISCAIS. Constatando-se, num mesmo período, diferenças tanto de saídas como de entradas, através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. Revisão fiscal realizada pela ASTEC/CONSEF, reduz o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração caracterizada. 3. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Infração reconhecida. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 31/03/2005, exige imposto no valor de R\$66.195,14, e impõe penalidade fixa no valor de R\$772,99, pelo cometimento das seguintes irregularidades imputadas ao contribuinte:

01 - Falta de recolhimento do ICMS constatada pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entrada – com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias, realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício, referente ao exercício de 2001. Total da Infração: R\$66.195,14. Multa imposta: 70%.

02 - Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de dezembro de 2000. Consta se referir à Nota Fiscal nº. 17007, de 09/12/00, emitida por Agendas Pombo-Ledberg Ltda. coletada nos Postos Fiscais de fronteira, através da Operação CFAMT. Total da Infração: R\$312,90. Multa imposta: 10% do valor comercial da mercadoria.

03 - Deixou de fornecer arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas, referente ao exercício de 2000. Total da Infração: R\$460,00.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls. 69/74) esclarecendo, inicialmente, que limitará a sua impugnação aos itens 01 e 02 da autuação, afirmando que ao

refazer o levantamento quantitativo referente à Infração 01, apurou um débito de R\$25.470,96, que informa ter sido objeto de parcelamento.

Argüi, preliminarmente, a nulidade do Auto de Infração, suscitando a insegurança na sua lavratura, considerando que o autuante não observou a correta codificação dos produtos, constantes no livro Registro de Inventário a título de “classificação fiscal”. Cita como exemplo o produto com a classificação fiscal C2018, que foi inventariado com as designações “Ultracross – C2018”, sendo 2 unidades, “Cateter p/ultrason”, 3 unidades, totalizando 5 unidades, sendo que foram computadas apenas 2 unidades no lançamento realizado pelo autuante, prejudicando a padronização das mercadorias. Relativamente a outros produtos que exemplifica, diz que foram lançados no livro Registro de Inventário mais de uma vez por equívoco, o que obrigaria a soma de todos os lançamentos, o que não foi feito. Acrescenta que o CONSEF em inúmeras decisões deu pela nulidade do lançamento, para as autuações dissociadas de elementos seguros, conforme a Resolução nº 0782/96, da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal; Acórdão CJF nº 1246/99 da 1ª CJF; Acórdão JJF nº 0225-03/02.

No mérito, sustenta que o Auto de Infração peca por deixar de contabilizar quantidades inventariadas, entradas e saídas, afirmando que os demonstrativos que anexa, refletem exatamente a documentação fiscal da empresa, contatando-se que as diferenças efetivas são bem menores, atingindo tão somente os valores acima reportados e recolhidos por segurança.

Prossegue, afirmando que deve o CONSEF determinar revisão por fiscal estranho ao feito, tendo em vista as inconsistências apontadas, dizendo que toda a documentação que serviu de base para elaboração dos demonstrativos anexados aos autos, se encontra a disposição na sede da empresa. Apela para o senso de justiça do autuante, do CONSEF e da PROFIS, para atender o seu pedido de revisão.

Reportando-se ao item 02, afirma que a multa deve ser absorvida pela multa imposta no item 01, tendo em vista que diz respeito à multa por descumprimento de obrigação acessória referente a própria ausência de registro de entrada, cuja ocorrência já deu margem a exigência e multa percentual correspondente, servindo, portanto, para agravar a multa pelo descumprimento da obrigação principal.

Conclui, reiterando o seu pedido de revisão fiscal, e, afinal, que os itens contestados do Auto de Infração, sejam julgados nulos ou improcedentes, ou, no máximo, procedente em parte, ficando a condenação limitada ao valor de R\$25.470,96.

Na informação fiscal apresentada (fls. 1454/1455), o autuante assevera que o levantamento quantitativo por espécie de mercadorias foi elaborado a partir dos arquivos magnéticos fornecidos pelo autuado, que refletem seus registros fiscais, conforme Convênio 57/95, não tendo modificado seus parâmetros ou dados e observado a forma de classificação e controle das mercadorias adotadas pelo contribuinte. Rechaça as alegações defensivas, dizendo que o levantamento quantitativo foi realizado exclusivamente com base no código das mercadorias (fls.17/22), e que às fls. 25 a 30, encontra-se o Relatório das Mercadorias Seleccionadas, constando os códigos das mercadorias e não a nomenclatura. Discorda da revisão do lançamento solicitada pelo contribuinte, sustentando que a documentação e justificativas apresentadas afastam a necessidade de revisão.

Finaliza, mantendo integralmente a autuação.

Esta 1ª JJF, apreciando a solicitação de diligência apresentada pelo então Relator Marcelo Mattedi e Silva, deliberou em pauta suplementar, pelo encaminhamento do processo à INFAZ/IGUATEMI, a fim de que o autuante refizesse o levantamento quantitativo de estoques e os demonstrativos de

preços médio, considerando os documentos fiscais acostados pelo autuado ao processo e, em caso de alteração dos valores, elaborasse novo demonstrativo de débito.

Às fls. 1470/1471, o autuante manifesta o entendimento de que a retificação somente deve ser processada, em caso de acolhimento pela 1ª JF das razões defensivas, o que afirma não foi feito.

Redistribuído o PAF para este Relator, submeti a matéria em pauta suplementar a apreciação da 1ª JF, que deliberou pelo retorno do processo à Repartição Fazendária de origem, no intuito de cumprimento pelo autuante da diligência anteriormente solicitada (fl. 1475).

O autuante cumprindo a diligência (fl.1479), informa que após haver intimado o autuado para apresentação dos arquivos magnéticos, este até a data da informação fiscal – 19/12/2005 – não havia respondido.

Retornando o PAF, esta 1ª JF decidiu em pauta suplementar, pelo seu encaminhamento à Assessoria Técnica do CONSEF – ASTEC/CONSEF, a fim de que procedesse a devida análise dos argumentos e documentos anexados pelo autuado (fl. 1483).

Através do Parecer ASTEC nº 0113/2006 (fls. 1486/1487), o ilustre diligente esclarece que, após a análise solicitada, apurou o ICMS devido de R\$36.065,19, conforme ajuste do demonstrativo sintético do levantamento quantitativo que anexa, e que considerando ter o contribuinte reconhecido o valor de R\$25.051,06, remanesce da infração o valor de R\$11.014,13.

Intimado o autuado para dar ciência sobre o resultado da diligência, este às fls.1499/1500, através de advogado devidamente habilitado, reitera todos os termos de sua defesa no tocante à insegurança na determinação da ocorrência relativa ao item 01, bem como se superadas as razões prejudiciais sustenta que o débito não ultrapassa R\$25.470,96. Reportando-se aos novos demonstrativos sintéticos apresentados pelo diligente da ASTEC/CONSEF, afirma que o produto de código 020-1230 (STENT NIR PRIMO 4.0X16MM) atribuem ao produto o valor unitário de R\$1.300,00, quando na realidade, conforme demonstrativo anexo ao Auto de Infração, o valor unitário deste produto é de R\$26,00, ficando a omissão para este item no valor de R\$728,00 e não de R\$36.400,00, com ICMS de R\$728,00, cobrado no Auto de Infração e não de R\$6.188,00, resultando no débito total de R\$30.605,19.

Finaliza, pedindo que se superados os argumentos apresentados na defesa que a exigência seja limitada a R\$25.470,96, ou, no máximo, a R\$30.605,19.

O autuante à fl. 1520, acusa a ciência do Parecer da ASTEC/CONSEF e da manifestação do autuado.

VOTO

O presente Auto de Infração imputa ao contribuinte o cometimento de infrações à legislação do ICMS, decorrentes de: falta de recolhimento do ICMS constatada pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária - a das operações de entrada - com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias, realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício; entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal; não fornecimento dos arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas.

Inicialmente, quanto à nulidade argüida pelo autuado, sob a alegação de existência de insegurança na lavratura do Auto de Infração, por não ter o autuante observado a correta codificação dos produtos, constantes no livro Registro de Inventário a título de “classificação fiscal”, verifico que o autuante realizou o levantamento a partir dos arquivos magnéticos apresentados pelo autuado, inclusive, com base nos códigos e respectivas mercadorias. Assim,

rejeito a nulidade pretendida, pois, o Auto de Infração foi lavrado com observância das disposições do artigo 39, mais seus incisos, alíneas e parágrafos, incorrendo, “in casu”, ofensa ao artigo 18, inciso IV, alínea “a”, todos do RPAF/99.

No mérito, no que concerne à Infração 01, verifico que o contribuinte reconhece como devido o valor de R\$25.470,96, que informa ter sido objeto de parcelamento. Relativamente à parte da autuação impugnada, esta 1ª JF, considerando as razões defensivas, encaminhou o processo em diligência ao autuante, a fim de que fosse feito o levantamento quantitativo de estoques e os demonstrativos de preços médios, considerando os documentos fiscais acostados pelo autuado ao processo e, em caso de alteração dos valores, elaborasse novo demonstrativo de débito. Ocorre que, o autuante cumprindo a diligência, informou que após haver intimado o autuado para apresentação dos arquivos magnéticos, este não deu nenhuma resposta.

Apesar de não ter sido atendida a diligência, conforme acima explicitado, esta 1ª JF, no intuito de preservar o princípio da verdade material e, por consequência, possibilitar o amplo convencimento para decisão da lide, deliberou pelo encaminhamento do processo à Assessoria Técnica do CONSEF – ASTEC/CONSEF, a fim de que procedesse a devida análise dos argumentos e documentos anexados pelo autuado.

Após revisão dos lançamentos realizada pela ASTEC/CONSEF, restou comprovado que o valor das omissões detectadas no exercício de 2001, totaliza R\$212.148,17, sendo apurado o imposto devido na quantia de R\$36.065,19.

Entretanto, observo que o autuado ao se manifestar sobre o resultado da revisão fiscal, discorda do preço médio unitário apontado pelo revisor referente a mercadoria 20-1230 – STENT NIR PRIMO- no valor de R\$1.300,00, afirmando que o valor indicado pelo autuante no demonstrativo levantado é de R\$26,00, sendo a omissão para este item no valor de R\$728,00 e não de R\$36.400,00, com ICMS de R\$728,00, cobrado no Auto de Infração e não de R\$6.188,00, resultando no débito total de R\$30.605,19 e não R\$36.065,19.

Efetivamente, o demonstrativo levantado pelo autuante aponta um preço médio unitário de R\$26,00, diversamente do indicado pelo revisor que é de R\$1.300,00. Ocorre que, no demonstrativo anexado pelo próprio autuado consta para a referida mercadoria a omissão de entradas de 28 unidades ao preço médio de R\$1.300,00, perfazendo um total de R\$36.400,00, com ICMS de R\$6.188,00, inclusive, reconhecido e com pagamento parcelado.

Ademais, conforme se verifica no livro Registro de Inventário do contribuinte - cópia anexada aos autos – a mencionada mercadoria está lançada com o preço médio unitário de R\$1.300,00.

O que se verifica é que o autuante ao consignar o preço médio unitário constante nos próprios registros do autuado, incorreu em equívoco, considerando-o R\$26,00, quando, claramente, os registros indicam o preço médio unitário de R\$1.300,00, não procedendo, portanto, a alegação do autuado.

Registro que no código indicado pelo autuado, 020-1230, consta a mercadoria STENT NIR ELITE e não STENT NIR PRIMO, tendo sido apurada na revisão fiscal a omissão de entradas de 28 unidades.

Vale observar que na identificação de diferenças por omissão de entradas o imposto é exigido em decorrência de presunção da ocorrência de operações mercantis tributáveis sem pagamento do imposto, disposição legal insculpida no art. 4º, § 4º da Lei nº 7.014/96.

Assim, este item da autuação é parcialmente subsistente, no valor de R\$36.065,19.

Quanto à Infração 02, verifico que diz respeito à falta de registro da Nota Fiscal nº 17007, de 09/12/00, emitida pela empresa Agendas Pombo-Ledberg Ltda., coletada através do CFAMT,

referindo-se ao exercício de 2000, portanto, fora da exigência da Infração 01, que se reporta ao exercício de 2001. Assim, este item da autuação é totalmente procedente.

No que diz respeito à Infração 03, esta foi reconhecida pelo contribuinte, sendo integralmente subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 207093.0039/05-1, lavrado contra **HEMOCAT COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$36.065,19**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, além de multas percentuais no valor de R\$772,99, previstas no art. 42, IX e XX, do mesmo Diploma legal, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA- JULGADOR